



Alfredo Manevy

Promovendo o acesso à cultura

Por Gabriel Carneiro



Alfredo Manevy, um jovem gestor cultural que iniciou sua carreira no cinema atuando na USP na revista "Sinopse" (ao lado de Newton Cannito e Manoel Rangel), assumiu a Secretaria Executiva do Ministério da Cultura aos 31 anos. Manevy foi promovido para o cargo ocupado pelo atual ministro da Cultura, Juca Ferreira, e desde então tem se ocupado em manter a política audiovisual no mesmo ritmo do começo do governo Lula, com novos programas de incentivos ao setor.

Manevy é formado em Cinema pela Universidade de São Paulo (USP), onde também cursou doutorado, com especialização em Estética e Comunicação Audiovisual, e atuou algum tempo como crítico de cinema. Em 2003, aos 26 anos, foi convidado para ser assessor da secretaria-executiva do Minc. Há quase dois anos ocupa o cargo de Secretário-Executivo. Nesta entrevista, ele destaca a parceria do MinC com o CBC, os avanços no audiovisual nos últimos anos e a importância do novo edital de incentivo, o Fundo de Inovação do Audiovisual.

“O maior desafio agora é ampliar o parque exibidor do país, fortalecer a comercialização dos filmes. E precisamos urgentemente discutir a qualidade dos filmes brasileiros sem qualquer tabu”

Revista de CINEMA – Como tem sido a relação do Ministério da Cultura com o CBC?

Alfredo Manevy – Uma relação muito positiva. Desde 2003, o Ministério da Cultura adotou uma política de interlocução contínua com as entidades civis organizadas, além de apoiar e estimular estas organizações. A volta do CBC no fim dos anos 90 foi fundamental para retomar a formulação de uma política ampla para o audiovisual. O setor audiovisual foi um dos que demonstrou já estar num patamar de organização mais desenvolvido assim que chegamos ao Ministério da Cultura em 2003. Nessa época, a nova geração do CBC já tinha dois anos de estrada e a aproximação foi natural, tendo em vista a representatividade apresentada pela composição da entidade – aglutinadora de uma gama significativa dos diferentes setores do audiovisual – e pelo fato de o Conselho Superior do Cinema já ser uma instância pelo menos prevista com a publicação da MP de 2001, que criou a Ancine. Cabe lembrar também que, no início da gestão, a Secretaria do Audiovisual instalou o Conselho Consultivo da Sav, que reuniu diferentes entidades, entre elas o CBC.

Revista de CINEMA – Quais as grandes conquistas do audiovisual na sua gestão no Ministério da Cultura? São muitas, mas queria sua opinião para o que considera de maior destaque.

AM – Sabemos que há muito por fazer, mas muita coisa foi realizada em nossa gestão no governo Lula. O principal objetivo é transformar o Brasil em grande produtor de conteúdo em língua portuguesa. Posso elencar algumas conquistas, como a vinculação da Ancine ao Ministério da Cultura, promovendo o fortalecimento e ampliação dessa parceria, a instalação do Fundo Setorial do Audiovisual, o Premio Adicional de Renda, os programas DOCTV, ANIMA TV, Revelando os Brasis, X.LAB, a Programadora Brasil, o FICTV e a revitalização e fortalecimento da Cinemateca Brasileira, além do CTAV. Um projeto importante que irá alavancar o parque exibidor no país é o Cinema Perto de Você, lançado no último mês de junho em Luziânia (GO). A iniciativa vai acelerar a implantação de 600 novas salas dentro de um período de quatro anos.

Debaixo desse guarda-chuva que favorece o audiovisual, temos ainda o projeto Cine Mais Cultura e os editais que lançamos anualmente para longa documentário, longa de baixo orçamento, curta-metragem de animação, infantil, ficção, roteiro. O maior desafio agora é ampliar o parque exibidor do país, fortalecer a comercialização dos filmes. E precisamos urgentemente discutir a qualidade dos filmes brasileiros sem qualquer tabu. Que gêneros queremos desenvolver, como qualificar roteiros, como se relacionar com segmentos da população e seus universos. Como nos preparar para a TV digital e sua imensa demanda de conteúdo, que vai promover e inventar novos mercados para o produtor audiovisual. Como o Estado atual é democrático, o fomento deve buscar sempre mais efi-

ciência, transparência e indicadores de qualidade e de acesso ao público. Aprimorar os critérios, em suma.

Revista de CINEMA – Que investimentos o Ministério da Cultura tem feito no audiovisual ultimamente? E em que áreas tem se preocupado mais? Apesar dos grandes avanços do audiovisual nos últimos anos, a questão da exibição tem sido uma das áreas com problemas para o escoamento da produção. O programa Mais Cinema, voltado para a abertura de salas, poderá resolver esse problema de falta de tela para os filmes brasileiros?

AM – O Ministério da Cultura tem uma preocupação constante com todos os elos da cadeia (não por acaso, criamos os primeiros programas de distribuição e exibição), entretanto, cada vez mais nossa atenção volta-se para a inovação, na busca de novos conteúdos e novos modelos de negócio, na convergência com a tecnologia e as novas mídias, que possui um campo extenso, no qual já estamos navegando. Outro ponto que temos dado atenção especial está relacionado ao projeto Cinema Perto de Você, com a formação de um grupo de trabalho dedicado a encontrar soluções para a ampliação da ação. Esperamos que nos próximos anos essa ação demonstre, em números, uma nova realidade, com número maior de municípios com salas de cinema no país.

Revista de CINEMA – Como a reforma na Lei Rouanet deverá atender melhor as expectativas e necessidades do audiovisual? E qual o objetivo principal do novo programa que o Ministério da Cultura estará implantando, o Fundo de Inovação Audiovisual? Que resultados espera obter?

AM – A nova lei, o Procultura (Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura), ampliará os mecanismos de apoio ao setor audiovisual, na medida em que garantirá a existência de um novo Fundo para o setor, além do Fundo Setorial do Audiovisual. Vamos superar assim a dicotomia entre mercado e cultura, que é péssima para ambos, empobrece a lógica da cultura, banaliza o fomento e só serve para criar guetos para alguns e privilégios para outros. Com a reforma da Lei, estamos mudando o paradigma do sistema de incentivo à cultura, tornando o Fundo de Inovação Audiovisual o centro dinâmico para aplicação de recursos a projetos que normalmente não atendem às exigências dos departamentos de marketing das grandes empresas, atuando de forma a democratizar o acesso de todas as áreas aos recursos.

Revista de CINEMA – Que marca o Ministério da Cultura deverá deixar de mais forte no audiovisual brasileiro nesse tempo de governo Lula? A diversidade cultural do país foi atendida?

AM – Com certeza, a diversidade cultural e o acesso à cultura ficaram como marcas da nossa gestão. O esforço iniciado pelo Ministro Gilberto Gil e aprofundado por Juca Ferreira na valorização do Ministério da Cultura e na ampliação do seu orçamento, faz com que hoje tenhamos um Ministério presente e influente, que tem no Congresso Nacional uma série de projetos tramitando para radicalizar essas mudanças.

Acabamos de conquistar a proteção e blindagem do Fundo Nacional de Cultura para 2011. Podemos destacar o PEC 150 (que vincula o orçamento da cultura em 2%), além do Plano Nacional de Cultura, o Sistema Nacional de Cultura, o Vale Cultura, o Procultura, sem falar da revisão do Direito Autoral, que atualmente está sendo debatida pela sociedade civil, em consulta pública no site do Minc.

“O setor audiovisual foi um dos que demonstrou já estar num patamar de organização mais desenvolvido assim que chegamos ao Ministério da Cultura em 2003. Nessa época, a nova geração do CBC já tinha dois anos de estrada e a aproximação foi natural”